

Guilherme Peña de Moraes

Curso de Direito Constitucional

6^a Edição

© 2009 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2008 (Lumen Juris); 2. ed. 2008 (Impetus);
3. ed. 2010; 4. ed. 2012; 5. ed. 2013; 6. ed. 2014



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Entexto – Diagramação de textos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Guilherme Peña de

Curso de direito constitucional / Guilherme Peña de Moraes.
– 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8755-4
ISBN 978-85-224-8756-1 (PDF)

1. Direito constitucional I. Título.

09-12528

CDU-342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Abreviaturas, XXIX

Apresentação, XXXVII

Nota à 6ª edição, XXXIX

Nota à 5ª edição, XLI

Nota à 4ª edição, XLIII

Nota à 3ª edição, XLV

Nota à 2ª edição, XLVII

Considerações preliminares, XLIX

Parte I – Teoria da Constituição, 1

1 Direito Constitucional, 3

1 Esferas de normatização da conduta humana, 3

2 Direito, 4

3 Direito Constitucional, 6

2 Poder constituinte, 9

- 1 Conceito, 9
- 2 Teorização, 10
- 3 Natureza, 11
- 4 Titularidade e exercício, 12
 - 4.1 Titularidade, 12
 - 4.2 Exercício, 14
- 5 Classificação, 14
 - 5.1 Poder constituinte originário, 16
 - 5.1.1 Inicialidade, 17
 - 5.1.1.1 Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Constituição anterior, 17
 - 5.1.1.2 Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Legislação anterior, 18
 - 5.1.2 Ilimitação, 22
 - 5.1.2.1 Conflito entre normas constitucionais, 23
 - 5.1.2.2 Conflito entre normas constitucionais e internacionais, 26
 - 5.1.3 Incondicionamento, 29
 - 5.1.3.1 Formas de expressão, 30
 - 5.1.3.2 Meios de expressão, 32
 - 5.2 Poder constituinte derivado reformador, 33
 - 5.2.1 Derivação, 33
 - 5.2.2 Limitação, 36
 - 5.2.3 Condicionamento, 44
 - 5.3 Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador, 46
 - 5.3.1 Derivação, 46
 - 5.3.2 Limitação, 50
 - 5.3.3 Condicionamento, 53
 - 5.4 Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual, 53
 - 5.4.1 Derivação, 53
 - 5.4.2 Limitação, 55
 - 5.4.3 Condicionamento, 55
- 6 Conclusão, 56

3 Constituição, 58

- 1 Conceito, 58
- 2 Histórico, 59
 - 2.1 Ciência do Direito comparado, 59
 - 2.2 Direito Positivo brasileiro, 62

- 3 Natureza jurídica, 65
 - 3.1 Constituição em sentido sociológico, 66
 - 3.2 Constituição em sentido político, 66
 - 3.3 Constituição em sentido estritamente jurídico, 66
 - 3.4 Observação complementar, 67
 - 4 Funções, 68
 - 5 Objeto, 69
 - 6 Elementos, 70
 - 7 Tipologia, 71
 - 7.1 Classificação quanto à forma da Constituição, 71
 - 7.2 Classificação quanto ao objeto da Constituição, 72
 - 7.3 Classificação quanto à origem da Constituição, 73
 - 7.4 Classificação quanto ao modo de elaboração da Constituição, 73
 - 7.5 Classificação quanto à dogmática da Constituição, 74
 - 7.6 Classificação quanto ao modelo da Constituição, 74
 - 7.7 Classificação quanto ao sistema da Constituição, 75
 - 7.8 Classificação quanto à extensão da Constituição, 75
 - 7.9 Classificação quanto à estabilidade da Constituição, 76
 - 7.10 Classificação quanto à análise ontológica da concordância entre as normas constitucionais e a realidade política, 76
 - 8 Conclusão, 77
- 4 Normas constitucionais, 79**
- 1 Conceito, 79
 - 2 Classificação quanto ao conteúdo das normas constitucionais, 80
 - 3 Classificação quanto à finalidade das normas constitucionais, 81
 - 4 Classificação quanto à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, 82
 - 4.1 Classificação bipartida das normas constitucionais, 85
 - 4.2 Classificação tripartida das normas constitucionais, 86
 - 4.3 Classificação quadripartida das normas constitucionais, 88
 - 4.4 Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais, 89
 - 5 Classificação quanto à estrutura das normas constitucionais, 93
 - 5.1 Regras constitucionais, 96
 - 5.2 Princípios constitucionais, 97
 - 5.2.1 Princípios constitucionais fundamentais, 100
 - 5.2.2 Princípios constitucionais gerais, 101
 - 5.2.3 Princípios constitucionais setoriais, 104
 - 5.2.3.1 Princípios constitucionais especiais de Direito Administrativo, 104

- 5.2.3.2 Princípios constitucionais especiais de Direito Ambiental, 106
- 5.2.3.3 Princípios constitucionais especiais de Direito Civil, 107
- 5.2.3.4 Princípios constitucionais especiais de Direito Eleitoral, 109
- 5.2.3.5 Princípios constitucionais especiais de Direito Empresarial, 110
- 5.2.3.6 Princípios constitucionais especiais de Direito Penal, 111
- 5.2.3.7 Princípios constitucionais especiais de Direito Previdenciário, 113
- 5.2.3.8 Princípios constitucionais especiais de Direito Processual, 114
- 5.2.3.9 Princípios constitucionais especiais de Direito Trabalhista, 115
- 5.2.3.10 Princípios constitucionais especiais de Direito Tributário, 117

5 Interpretação constitucional, 120

- 1 Conceito, 120
- 2 Particularidades na interpretação constitucional, 122
- 3 Princípios de interpretação constitucional, 124
 - 3.1 Princípio da supremacia da Constituição, 125
 - 3.2 Princípio da unidade da Constituição, 128
 - 3.3 Princípio da correção funcional, 129
 - 3.4 Princípio da interpretação conforme a Constituição, 129
 - 3.5 Princípio da presunção de constitucionalidade, 130
 - 3.6 Princípio da eficácia integradora, 131
 - 3.7 Princípio da máxima efetividade, 131
 - 3.8 Princípio da proporcionalidade, 132
- 4 Métodos de interpretação constitucional, 135
 - 4.1 Métodos clássicos de interpretação constitucional, 136
 - 4.1.1 Interpretação legislativa, administrativa, judicial e doutrinária, 136
 - 4.1.2 Interpretação gramatical, histórica, sistemática, lógica e teleológica, 136
 - 4.1.3 Interpretação declarativa, restritiva e extensiva, 137
 - 4.2 Métodos modernos de interpretação constitucional, 138
 - 4.2.1 Método científico-espiritual, 138
 - 4.2.2 Método tópico-problemático, 139
 - 4.2.3 Método normativo-estruturante, 139
 - 4.2.4 Método hermenêutico-concretizador, 140

6 Controle de constitucionalidade, 141

- 1 Conceito, 141
- 2 Histórico, 142
- 3 Pressupostos, 144
- 4 Natureza do ato inconstitucional e da decisão de inconstitucionalidade, 147
- 5 Tipologia da inconstitucionalidade, 148
 - 5.1 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 148
 - 5.2 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 150
 - 5.3 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente, 152
 - 5.4 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial, 152
 - 5.5 Inconstitucionalidade antecedente e inconstitucionalidade consequente, 153
- 6 Espécies de controle de constitucionalidade, 154
- 7 Modalidades de controle de constitucionalidade, 155
- 8 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, 157

7 Arguição de inconstitucionalidade, 160

- 1 Conceito, 160
- 2 Cabimento, 161
- 3 Iniciativa, 166
- 4 Competência, 167
- 5 Procedimento, 171
- 6 Decisão, 172
 - 6.1 Declaração de inconstitucionalidade, 173
 - 6.2 Suspensão de execução, 173
 - 6.3 Coisa julgada, 183

8 Ação direta de inconstitucionalidade, 185

- 1 Conceito, 185
- 2 Natureza jurídica, 186
- 3 Cabimento, 189
 - 3.1 Emenda à Constituição, 191
 - 3.2 Lei complementar, 192
 - 3.3 Lei ordinária, 193
 - 3.4 Lei delegada, 195
 - 3.5 Decreto legislativo, 195
 - 3.6 Resolução, 196
 - 3.7 Medida provisória, 197

- 3.8 Observações complementares, 199
 - 3.8.1 Decreto, 199
 - 3.8.2 Regimento de tribunal, 201
 - 3.8.3 Resolução e deliberação administrativas, 202
 - 3.8.4 Convenção e acordo coletivos de trabalho e sentença normativa, 203
 - 3.8.5 Parecer da Consultoria-Geral da República, 204
 - 3.8.6 Enunciado de súmula de jurisprudência predominante, 205
 - 3.8.7 Lei ou ato normativo municipal, 206
 - 3.8.8 Lei ou ato normativo estrangeiro, 207
 - 3.8.9 Revogação intercorrente, 208
- 4 Legitimação ativa, 210
 - 4.1 Presidente da República, 212
 - 4.2 Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 213
 - 4.3 Mesas de Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa, 214
 - 4.4 Governador de Estado e do Distrito Federal, 214
 - 4.5 Procurador-Geral da República, 215
 - 4.6 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 216
 - 4.7 Partido político com representação no Congresso Nacional, 217
 - 4.8 Confederação sindical, 218
 - 4.9 Entidade de classe de âmbito nacional, 219
 - 4.10 Observações complementares, 220
 - 4.10.1 Representação judicial, 221
 - 4.10.2 Pluralidade de partes, 223
 - 4.10.2.1 Litisconsórcio, 223
 - 4.10.2.2 Intervenção de terceiros, 224
 - 4.10.2.3 Colaborador informal da Corte, 225
 - 4.10.3 Atuação processual do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 228
- 5 Procedimento, 229
 - 5.1 Petição inicial, 229
 - 5.2 Despacho liminar, 231
 - 5.3 Informações, 232
 - 5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 233
 - 5.5 Dilação probatória, 234
 - 5.6 Acórdão, 234
- 6 Medida liminar, 235
- 7 Decisão, 237

- 7.1 Eficácia pessoal, 238
- 7.2 Eficácia temporal, 242

9 Ação declaratória de constitucionalidade, 255

- 1 Conceito, 255
- 2 Natureza jurídica, 256
- 3 Objeto, 258
- 4 Legitimação ativa, 259
- 5 Procedimento, 260
 - 5.1 Petição inicial, 260
 - 5.2 Despacho liminar, 261
 - 5.3 Informações, 261
 - 5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 261
 - 5.5 Dilação probatória, 262
 - 5.6 Acórdão, 262
- 6 Medida liminar, 262
- 7 Decisão, 263

10 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 265

- 1 Conceito, 265
- 2 Natureza jurídica, 267
- 3 Cabimento, 267
- 4 Legitimação ativa, 268
- 5 Procedimento, 268
 - 5.1 Petição inicial, 269
 - 5.2 Despacho liminar, 269
 - 5.3 Informações, 269
 - 5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 269
 - 5.5 Dilação probatória, 270
 - 5.6 Acórdão, 270
- 6 Medida liminar, 270
- 7 Decisão, 270

11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 274

- 1 Conceito, 274
- 2 Natureza jurídica, 275
- 3 Cabimento, 277

- 4 Legitimação ativa, 278
- 5 Procedimento, 279
 - 5.1 Petição inicial, 279
 - 5.2 Despacho liminar, 279
 - 5.3 Informações, 280
 - 5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 280
 - 5.5 Dilação probatória, 280
 - 5.6 Acórdão, 280
- 6 Medida liminar, 280
- 7 Decisão, 281

12 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 283

- 1 Conceito, 283
- 2 Natureza jurídica, 286
- 3 Cabimento, 288
- 4 Legitimação ativa, 290
- 5 Procedimento, 292
 - 5.1 Petição inicial, 292
 - 5.2 Despacho liminar, 292
 - 5.3 Informações, 293
 - 5.4 Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 293
 - 5.5 Dilação probatória, 293
 - 5.6 Acórdão, 294
- 6 Medida liminar, 294
- 7 Decisão, 295

13 Controle de constitucionalidade no plano estadual, 296

- 1 Introdução, 296
- 2 Controle incidental, 296
- 3 Controle principal, 298
 - 3.1 Natureza jurídica, 299
 - 3.2 Cabimento, 300
 - 3.3 Legitimação ativa, 302
 - 3.4 Procedimento, 304
 - 3.5 Medida liminar, 304
 - 3.6 Decisão, 304

Parte II – Teoria do Estado, 307**14 Teoria do Estado, 309**

- 1 Conceito, 309
- 2 Retrospectiva do Estado, 310
 - 2.1 Origem do Estado, 310
 - 2.2 Tipos históricos de Estados, 314
 - 2.2.1 Estado antigo, 314
 - 2.2.2 Estado grego, 315
 - 2.2.3 Estado romano, 315
 - 2.2.4 Estado medieval, 315
 - 2.2.5 Estado moderno, 316
 - 2.2.6 Estado liberal, 316
 - 2.2.7 Estado social, 317
 - 2.2.8 Estado contemporâneo, 318
- 3 Perspectiva do Estado, 319
 - 3.1 Elemento humano, 320
 - 3.2 Elemento territorial, 321
 - 3.3 Elemento formal, 323
 - 3.3.1 Características do poder político, 323
 - 3.3.2 Formas do poder político, 324
 - 3.3.3 Tipos do poder político, 325
 - 3.3.4 Divisão do poder político, 325
 - 3.3.4.1 Divisão territorial, 326
 - 3.3.4.2 Divisão funcional, 326
 - 3.3.5 Limitação do poder político, 327
 - 3.3.5.1 Direitos fundamentais, 327
 - 3.3.5.2 Controle de constitucionalidade, 328
 - 3.3.5.3 Federalismo, 328
 - 3.3.5.4 Freios e contrapesos, 328
 - 3.3.6 Atributos do poder político, 330
 - 3.3.6.1 Conceito, 330
 - 3.3.6.2 Titularidade, 331
 - 3.3.6.3 Espécies, 332
 - 3.3.6.4 Relativização, 333
- 4 Prospectiva do Estado, 333

15 Formas de Estado, 336

- 1 Conceito, 336

- 2 Estado federal, 338
 - 2.1 Histórico, 338
 - 2.2 Tipologia, 339
 - 2.3 Características, 340
 - 2.3.1 União de entidades políticas autônomas, simbolizada pelo vínculo indissolúvel entre os entes federativos, revestidos de auto-organização, autogoverno e autoadministração, 341
 - 2.3.2 Bicameralismo, de maneira a possibilitar a participação da vontade parcial (regional) na formação da vontade geral (nacional), 341
 - 2.3.3 Repartição constitucional de competências, 342
 - 2.3.4 Existência de órgão competente para a promoção do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição, 345
 - 2.3.5 Limitações ao poder constituinte derivado, 346
 - 2.3.6 Intervenção federal, 347
 - 2.3.6.1 Natureza jurídica, 348
 - 2.3.6.2 Características, 348
 - 2.3.6.3 Extensão, 349
 - 2.3.6.4 Pressupostos materiais, 350
 - 2.3.6.4.1 Integridade nacional, 350
 - 2.3.6.4.2 Invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra, 350
 - 2.3.6.4.3 Grave comprometimento da ordem pública, 351
 - 2.3.6.4.4 Livre exercício dos poderes na unidade da federação, 351
 - 2.3.6.4.5 Reorganização das finanças da unidade da federação, 352
 - 2.3.6.4.6 Execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, 352
 - 2.3.6.4.7 Observância dos princípios constitucionais sensíveis, 356
 - 2.3.6.5 Requisitos formais, 357
 - 2.3.6.6 Observações complementares, 358

16 União, 360

- 1 Conceito, 360
- 2 Histórico, 361
- 3 Bens, 362
- 4 Competências, 363
 - 4.1 Competências administrativas, 363

4.2 Competências legislativas, 367

4.3 Competências tributárias, 371

17 Estado, 373

1 Conceito, 373

2 Histórico, 374

3 Bens, 375

4 Competências, 376

4.1 Competências administrativas, 376

4.2 Competências legislativas, 377

4.3 Competências tributárias, 378

18 Município, 379

1 Conceito, 379

2 Histórico, 380

3 Bens, 381

4 Competências, 382

4.1 Competências administrativas, 382

4.2 Competências legislativas, 383

4.3 Competências tributárias, 383

19 Distrito Federal, 385

1 Conceito, 385

2 Histórico, 386

3 Bens, 387

4 Competências, 387

20 Mecanismos constitucionais de defesa do Estado, 388

1 Conceito, 388

2 Estado de defesa, 389

2.1 Pressupostos, 390

2.2 Requisitos, 390

2.3 Instituição, 390

2.4 Controle, 390

2.5 Extinção, 391

3 Estado de sítio, 391

3.1 Pressupostos, 392

3.2 Requisitos, 392

3.3 Instituição, 392

- 3.4 Controle, 393
- 3.5 Extinção, 394
- 4 Outros mecanismos constitucionais de defesa do Estado, 394
 - 4.1 Mecanismos franco-germânicos, 394
 - 4.1.1 Suspensão da Constituição, 395
 - 4.1.2 Poderes extraordinários do Presidente da República, 395
 - 4.2 Mecanismos anglo-saxônicos, 396
 - 4.2.1 Suspensão do *habeas corpus*, 396
 - 4.2.2 Lei marcial, 396

21 Funções do Estado, 398

- 1 Conceito, 398
 - 1.1 Critério objetivo, 399
 - 1.2 Critério subjetivo, 400
- 2 Função legislativa, 401
 - 2.1 Características, 401
 - 2.2 Princípios, 401
 - 2.3 Tipologia, 402
- 3 Função administrativa, 402
 - 3.1 Características, 403
 - 3.2 Princípios, 403
 - 3.3 Tipologia, 404
- 4 Função jurisdicional, 404
 - 4.1 Características, 405
 - 4.2 Princípios, 406
 - 4.3 Tipologia, 407
- 5 Observações complementares, 408

22 Poder Legislativo, 410

- 1 Conceito, 410
- 2 Estrutura, 411
 - 2.1 Mesas, 411
 - 2.1.1 Mesa do Congresso Nacional, 412
 - 2.1.2 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 412
 - 2.2 Comissões, 413
 - 2.2.1 Comissões permanentes, 413
 - 2.2.2 Comissões temporárias, 414
 - 2.3 Serviços administrativos e guardas legislativas, 415

- 3 Funcionamento, 415
 - 3.1 Atribuição representativa, 415
 - 3.2 Atribuição investigatória, 416
 - 3.2.1 Investigação financeiro-orçamentária, 416
 - 3.2.2 Investigação político-administrativa, 418
 - 3.2.2.1 Pressupostos materiais, 418
 - 3.2.2.2 Requisitos formais, 419
 - 3.2.2.3 Limites de atuação, 419
 - 3.2.2.3.1 Competência, 420
 - 3.2.2.3.2 Conteúdo, 420
 - 3.2.2.3.3 Matéria, 421
 - 3.2.2.4 Meios de investigação, 421
 - 3.2.2.4.1 Oitiva de indiciados e testemunhas, 421
 - 3.2.2.4.2 Quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, 422
 - 3.2.2.4.3 Requisição de informações e documentos, 423
 - 3.2.2.4.4 Concessão de medida cautelar, 423
 - 3.2.2.4.5 Proibição ou restrição de assistência jurídica, 424
 - 3.2.2.4.6 Decretação de prisão provisória, 424
 - 3.3 Atribuição legislativa, 425
 - 3.3.1 Processo legislativo, 425
 - 3.3.1.1 Iniciativa, 426
 - 3.3.1.2 Discussão, 427
 - 3.3.1.3 Votação, 427
 - 3.3.1.4 Sanção ou veto, 428
 - 3.3.1.5 Promulgação, 428
 - 3.3.1.6 Publicação, 429
 - 3.3.2 Espécies normativas, 430
 - 3.3.2.1 Emenda à Constituição, 430
 - 3.3.2.2 Lei complementar, 431
 - 3.3.2.3 Lei ordinária, 433
 - 3.3.2.4 Lei delegada, 433
 - 3.3.2.5 Decreto legislativo, 434
 - 3.3.2.6 Resolução, 435
 - 3.3.2.7 Medida provisória, 435
 - 3.3.2.7.1 Natureza jurídica, 436
 - 3.3.2.7.2 Pressupostos materiais, 437
 - 3.3.2.7.3 Requisitos formais, 438

- 3.3.2.7.4 Limitações materiais, 440
- 3.3.2.7.5 Eficácia, 441
- 3.3.2.7.6 Reedição, 442
- 3.3.2.7.7 Disciplina das relações jurídicas, 443
- 3.4 Garantias dos membros do Poder Legislativo, 443
 - 3.4.1 Identidade de retribuição pecuniária, 444
 - 3.4.2 Isenção do serviço militar, 444
 - 3.4.3 Limitação do dever de testemunhar, 444
 - 3.4.4 Prerrogativa de foro especial, 444
 - 3.4.5 Imunidades parlamentares, 445
 - 3.4.5.1 Imunidade parlamentar material, 445
 - 3.4.5.2 Imunidade parlamentar formal, 446
 - 3.4.5.3 Extensão espacial, funcional e temporal, 448

23 Poder Executivo, 450

- 1 Conceito, 450
 - 2 Estrutura, 451
 - 2.1 Presidência da República, 451
 - 2.1.1 Aquisição do mandato presidencial, 452
 - 2.1.2 Duração do mandato presidencial, 453
 - 2.1.3 Perda do mandato presidencial, 453
 - 2.1.3.1 Extinção do mandato presidencial, 454
 - 2.1.3.2 Cassação do mandato presidencial, 454
 - 2.1.3.2.1 Responsabilidade penal, 455
 - 2.1.3.2.2 Responsabilidade político-administrativa, 457
 - 2.1.3.2.2.1 Natureza jurídica, 457
 - 2.1.3.2.2.2 Procedimento, 459
 - 2.1.3.2.2.2.1 Juízo de prelibação, 460
 - 2.1.3.2.2.2.2 Juízo de deliberação, 461
 - 2.2 Vice-Presidência da República, 462
 - 2.3 Ministérios de Estado, 463
 - 2.4 Conselho da República, 464
 - 2.5 Conselho de Defesa Nacional, 464
- 3 Funcionamento, 465
 - 3.1 Chefia de Estado, 465
 - 3.2 Chefia de Governo, 465
 - 3.3 Direção superior da Administração Pública, 466
 - 3.4 Garantias do Chefe do Poder Executivo, 468

24 Poder Judiciário, 469

- 1 Conceito, 469
- 2 Estrutura, 470
 - 2.1 Supremo Tribunal Federal, 471
 - 2.2 Superior Tribunal de Justiça, 473
 - 2.3 Justiça Federal Comum, 475
 - 2.4 Justiça do Trabalho, 476
 - 2.5 Justiça Eleitoral, 478
 - 2.6 Justiça Militar Federal, 480
 - 2.7 Justiça Estadual Comum, 481
 - 2.8 Justiça Militar Estadual, 482
 - 2.9 Conselho Nacional de Justiça, 483
- 3 Funcionamento, 486
 - 3.1 Transcendência, 488
 - 3.2 Celeridade processual, 491
 - 3.3 Publicidade dos atos processuais, 492
 - 3.4 Pluralidade dos meios de acesso à justiça, 492
 - 3.5 Federalização das graves violações de direitos humanos, 493
 - 3.6 Precedente judicial e súmula de tribunal de aplicação obrigatória, 494
 - 3.6.1 Origem, 495
 - 3.6.2 Natureza, 497
 - 3.6.3 Tipologia, 498
 - 3.6.4 Validade, 499
 - 3.6.5 Pressupostos, 501
 - 3.6.6 Requisitos, 501
 - 3.6.7 Alcance, 502
 - 3.7 Garantias dos membros do Poder Judiciário, 503
 - 3.7.1 Vitaliciedade, 503
 - 3.7.2 Inamovibilidade, 504
 - 3.7.3 Irredutibilidade de subsídio, 505

25 Funções essenciais à justiça, 506

- 1 Conceito, 506
- 2 Advocacia Pública, 507
- 3 Defensoria Pública, 508
- 4 Ministério Público, 510
 - 4.1 Posicionamento constitucional, 510
 - 4.2 Princípios institucionais, 511

- 4.3 Estrutura orgânica, 512
- 4.4 Regime jurídico, 514
- 4.5 Campo de atuação, 515
- 4.6 Funções institucionais, 517
 - 4.6.1 Ação penal pública, 518
 - 4.6.2 Fiscalização da regularidade dos serviços públicos, 518
 - 4.6.3 Inquérito civil e ação civil pública, 519
 - 4.6.4 Instrumentos de jurisdição constitucional orgânica, 520
 - 4.6.5 Proteção dos interesses das populações indígenas, 521
 - 4.6.6 Poder de requisição, 521
 - 4.6.7 Controle externo da atividade policial, 522
 - 4.6.8 Garantias dos membros do Ministério Público, 525

26 Organização dos Poderes dos Estados, Municípios e Distrito Federal, 526

- 1 Conceito, 526
- 2 Princípios constitucionais, 527
- 3 Regras de Organização dos Estados, Municípios e/ou Distrito Federal, 528
 - 3.1 Estados, 528
 - 3.2 Municípios, 529
 - 3.3 Distrito Federal, 529
- 4 Regras de organização da União extensíveis, de forma simétrica, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, 530
 - 4.1 Poder Legislativo, 530
 - 4.2 Poder Executivo, 531
 - 4.3 Poder Judiciário, 532

Parte III – Teoria dos direitos fundamentais, 535

27 Teoria dos direitos fundamentais, 537

- 1 Conceito, 537
 - 1.1 Natureza, 538
 - 1.2 Positivização, 538
 - 1.3 Titularidade, 539
 - 1.4 Eficácia, 539
- 2 Fundamentação, 542
 - 2.1 Teoria realista, 542
 - 2.2 Teorias juspositivistas, 543
 - 2.3 Teorias jusnaturalistas, 543

- 3 Características, 544
 - 3.1 Inalienabilidade, 545
 - 3.2 Historicidade, 545
 - 3.3 Relatividade, 548
- 4 Tipologia, 551
 - 4.1 Critério formal, 551
 - 4.2 Critério material, 552
- 5 Proteção, 553
 - 5.1 Proteção normativa, 553
 - 5.2 Proteção institucional, 554
 - 5.3 Proteção processual, 556
 - 5.3.1 Garantias constitucionais, 556
 - 5.3.2 Remédios constitucionais, 557
 - 5.3.2.1 Tutela dos direitos fundamentais em gênero, 558
 - 5.3.2.2 Tutela dos direitos fundamentais em espécie, 558

28 Direitos individuais, 560

- 1 Conceito, 560
- 2 Vida, 560
 - 2.1 Direito à vida, 561
 - 2.2 Direitos à integridade física, 563
 - 2.2.1 Direito ao próprio corpo, 563
 - 2.2.2 Direito às partes separadas do corpo, 564
 - 2.3 Direitos à integridade moral, 566
 - 2.3.1 Direito à intimidade, 566
 - 2.3.2 Direito à privacidade, 567
 - 2.3.3 Direito à honra, 568
 - 2.3.4 Direito à imagem, 568
- 3 Liberdade, 569
 - 3.1 Direito à liberdade, 569
 - 3.2 Direito à liberdade de ação, 569
 - 3.3 Direito à liberdade de locomoção, 570
 - 3.4 Direito à liberdade profissional, 571
 - 3.5 Direitos à liberdade de pensamento, 571
 - 3.5.1 Direito à liberdade de consciência e crença, 571
 - 3.5.2 Direito à liberdade de expressão ou manifestação, 572
- 4 Igualdade, 573
 - 4.1 Direito à igualdade formal ou jurídica, 574
 - 4.2 Direito à igualdade material ou real, 574

- 5 Propriedade, 580
 - 5.1 Direito de propriedade, 581
 - 5.2 Direito de propriedade hereditária, 582
 - 5.3 Direitos de propriedade intelectual, 582
 - 5.3.1 Direito de propriedade autoral, 583
 - 5.3.2 Direito de propriedade industrial, 583
- 6 Segurança, 584
 - 6.1 Direito à segurança, 584
 - 6.2 Direito à segurança das relações jurídicas, 585
 - 6.3 Direito à segurança do domicílio, 585
 - 6.4 Direito à segurança das comunicações pessoais, 586
 - 6.5 Direito à segurança em matéria penal, 587
 - 6.6 Direito à segurança em matéria tributária, 588

29 Direitos coletivos, 589

- 1 Conceito, 589
- 2 Direito de reunião, 589
- 3 Direito de associação, 591
- 4 Direito do consumidor, 591
- 5 Direito de comunicação, 592
- 6 Direito ao meio ambiente, 593

30 Direitos sociais, 595

- 1 Conceito, 595
- 2 Direitos sociais em sentido estrito ou restrito, 596
 - 2.1 Direito à moradia, 596
 - 2.2 Direitos à seguridade social, 597
 - 2.2.1 Direito à saúde, 597
 - 2.2.2 Direito à previdência social, 598
 - 2.2.3 Direito à assistência social, 599
 - 2.3 Direitos particulares, 599
 - 2.3.1 Direitos da família, 599
 - 2.3.2 Direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência, 600
- 3 Direitos sociais de natureza econômica, 601
 - 3.1 Direito ao trabalho, 601
 - 3.2 Direitos dos trabalhadores, 602
- 4 Direitos sociais de natureza cultural, 607
 - 4.1 Direito à cultura, 607

- 4.2 Direito ao desporto, 608
- 4.3 Direito à educação, 608

31 Direito à nacionalidade, 615

- 1 Conceito, 615
- 2 Natureza jurídica, 615
- 3 Modos de aquisição, perda e reaquisição, 616
 - 3.1 Aquisição da nacionalidade, 618
 - 3.1.1 Nacionalidade originária, 619
 - 3.1.2 Nacionalidade derivada, 622
 - 3.2 Perda da nacionalidade, 624
 - 3.3 Reaquisição da nacionalidade, 625
- 4 Condição jurídica do estrangeiro no Brasil, 626

32 Direitos políticos, 629

- 1 Conceito, 629
- 2 Direito de votar, 630
- 3 Direito de ser votado, 633
- 4 Direito ao cargo, 638
- 5 Direito no cargo, 638

33 Garantias constitucionais, 640

- 1 Conceito, 640
- 2 Tipologia, 641
 - 2.1 Classificação bipartida das garantias constitucionais, 641
 - 2.2 Classificação tripartida das garantias constitucionais, 641
 - 2.3 Classificação quadripartida das garantias constitucionais, 642
 - 2.4 Classificação quinquipartida das garantias constitucionais, 643
 - 2.4.1 Garantias constitucionais dos direitos individuais, 643
 - 2.4.2 Garantias constitucionais dos direitos coletivos, 646
 - 2.4.3 Garantias constitucionais dos direitos sociais, 646
 - 2.4.4 Garantias constitucionais do direito à nacionalidade, 647
 - 2.4.5 Garantias constitucionais dos direitos políticos, 647

34 Habeas corpus, 649

- 1 Conceito, 649
- 2 Natureza jurídica, 651
- 3 Condições da ação, 653

- 3.1 Condições genéricas da ação, 653
 - 3.1.1 Possibilidade jurídica do pedido, 653
 - 3.1.2 Interesse de agir, 654
 - 3.1.3 Legitimidade *ad causam*, 655
 - 3.1.4 Justa causa, 656
 - 3.2 Condições específicas da ação, 656
 - 3.2.1 Violência ou coação, 656
 - 3.2.2 Ilegalidade ou abuso de poder, 658
 - 3.2.2.1 Falta de justa causa, 658
 - 3.2.2.2 Excesso de prazo, 659
 - 3.2.2.3 Incompetência do coator, 659
 - 3.2.2.4 Cessaçao do motivo, 659
 - 3.2.2.5 Inadmissao da fiança, 660
 - 3.2.2.6 Nulidade do processo, 660
 - 3.2.2.7 Extinção da punibilidade, 660
 - 4 Objeto, 661
 - 5 Competência, 662
 - 6 Partes, 665
 - 7 Decisão, 666
- 35 Mandado de segurança, 667**
- 1 Conceito, 667
 - 2 Mandado de segurança individual, 668
 - 2.1 Natureza jurídica, 669
 - 2.2 Condições específicas da ação, 670
 - 2.2.1 Direito líquido e certo, 670
 - 2.2.2 Ato coator, 671
 - 2.2.2.1 Natureza do ato impugnado, 671
 - 2.2.2.1.1 Ato administrativo, 672
 - 2.2.2.1.2 Ato legislativo, 673
 - 2.2.2.1.3 Ato jurisdicional, 674
 - 2.2.2.2 Autoridade coatora, 676
 - 2.2.2.3 Ilegalidade ou abuso de poder, 679
 - 2.3 Objeto, 679
 - 2.4 Competência, 680
 - 2.5 Partes, 681
 - 2.6 Decisão, 685

- 3 Mandado de segurança coletivo, 689
 - 3.1 Natureza jurídica, 690
 - 3.2 Condições específicas da ação, 691
 - 3.3 Objeto, 691
 - 3.4 Competência, 694
 - 3.5 Partes, 694
 - 3.6 Decisão, 697

36 Mandado de injunção, 699

- 1 Conceito, 699
- 2 Natureza jurídica, 700
- 3 Condições específicas da ação, 702
 - 3.1 Direito subjetivo constitucional, 702
 - 3.2 Norma regulamentadora, 704
 - 3.3 Nexó de causalidade, 705
- 4 Objeto, 706
- 5 Competência, 709
- 6 Partes, 711
- 7 Decisão, 713

37 Habeas data, 715

- 1 Conceito, 715
- 2 Natureza jurídica, 717
- 3 Condição específica da ação, 718
- 4 Objeto, 721
- 5 Competência, 723
- 6 Partes, 724
- 7 Decisão, 725

38 Ação popular, 727

- 1 Conceito, 727
- 2 Natureza jurídica, 728
- 3 Condições específicas da ação, 729
 - 3.1 Ilegalidade, ilegitimidade ou ilicitude, 729
 - 3.2 Lesividade, 729
- 4 Objeto, 731
- 5 Competência, 732
- 6 Partes, 733
- 7 Decisão, 736

39 Ação civil pública, 738

- 1 Conceito, 738
- 2 Natureza jurídica, 741
- 3 Condição específica da ação, 743
 - 3.1 Definição, 743
 - 3.2 Características, 744
 - 3.3 Fases, 745
 - 3.3.1 Instauração, 745
 - 3.3.2 Instrução, 745
 - 3.3.3 Encerramento, 746
- 4 Objeto, 747
- 5 Competência, 748
- 6 Partes, 749
- 7 Decisão, 750

Bibliografia, 753

Índice Remissivo, 849